

# Sem acordo, sistema de governo gera impasse

## Entendimento é essencial, afirma líder

O líder do Governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso, está convencido de que, se persistir a falta de entendimento em torno da questão do parlamentarismo, será mantido o presidencialismo e, neste caso, ele acredita que a Constituinte aprovará a redução do mandato do presidente Sarney para quatro anos. O senador paulista está, no entanto, preocupado com a possibilidade de aprovação da emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes, o que, na sua opinião, equivaleria a retornar ao regime militar.

Fernando Henrique explicou que pesquisa realizada há algum tempo, subscrita pelos peemedebistas, indica ser parlamentarista a maioria do PMDB. Ele admite, porém, a possibilidade de ter havido uma mudança na posição desses parlamentares. Com a falta de entendimento a respeito do parlamentarismo, ele acredita que muitos peemedebistas passaram a considerar a possibilidade de votar a favor do presidencialismo.

**Substituição**  
Fernando Henrique comentou a anunciada disposição da liderança do PFL de substituir os representantes do partido na Comissão de Sistematização que estão defendendo o parlamentarismo. Conforme o senador, se a providência for adotada, o PMDB poderá substituir os seus presidencialistas, o que, na sua opinião, mostra que a manobra não é o melhor caminho para o entendimento.

O líder previu ainda que se o Palácio do Planalto não adotar a iniciativa de propor uma solução de entendimento, a questão será democraticamente decidida pelo voto. "É preciso não esquecer que quem parte para uma votação tem de se submeter à vontade da maioria vencedora", acentuou ele.

## Brossard só concorda com a forma pura

**Belo Horizonte** — Apesar de se dizer parlamentarista desde os "tempos de colégio" e considerar este sistema de governo o mais moderno e democrático que existe, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, admitiu ter dúvidas se o Brasil tem condições de praticar uma democracia. Para ele, existem várias formas de democracia, mas o parlamentarismo ortodoxo é a forma mais avançada de sistema político.

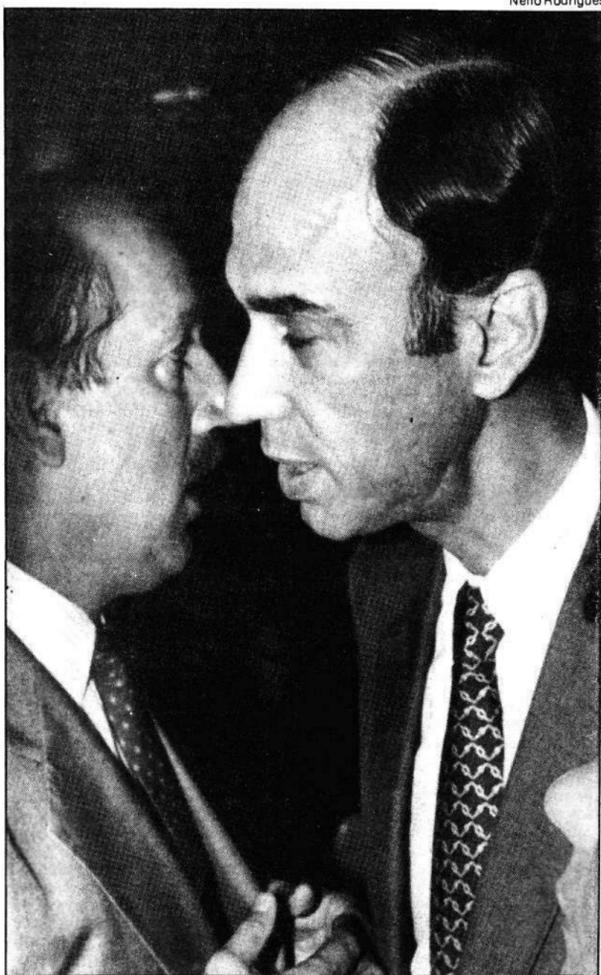
As afirmações de Brossard foram feitas ontem em Belo Horizonte, durante uma solenidade em que ele entregou ao governador Newton Cardoso 140 carros que serão utilizados no policiamento do Estado. Sob um calor de 35 graus e sem desprezar o seu chapéu, o ministro Brossard, ao atravessar a rua em frente ao Palácio da Liberdade, em companhia do governador Newton Cardoso, teve que enfrentar um buziado, promovido por motoristas enfurecidos com a paralisação do trânsito. Os motoristas com certeza não viram o ministro, mas sim Cardoso, que anda com índices muito baixos de popularidade em Minas, principalmente na capital.

Sobre boatos de recuo do palácio do Planalto na questão do sistema de Governo, o ministro garante que não há nenhuma mudança na posição do presidente Sarney. Acredita apenas que este é um assunto que ainda está sendo deliberado pela Assembleia Nacional Constituinte. Entretanto, Brossard se mostra radical quanto às propostas de parlamentarismo híbrido que vem surgindo: "Ou se tem o parlamentarismo real ou francamente eu não darei o meu voto para um sistema que não fosse integral".

## Maurílio quer a dissolução do Congresso

No único debate ocorrido na reunião da Comissão de Sistematização, ontem pela manhã, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) defendeu a dissolução do Congresso Nacional e a convocação de eleições gerais após a promulgação da nova Carta Constitucional. Afirmando que "estamos vivendo uma situação psicodélica", já que a "50 metros do Congresso Nacional o povo está se lixando para as discussões sobre o sistema de governo", o deputado acredita que somente as eleições gerais garantirão a legitimidade das instituições nacionais e a estabilidade do novo sistema a ser instituído na nova Carta.

Em aparte, o senador José Fogaça (PMDB-RS) retrucou, lembrando ser "perfeitamente aceitável e compreensível" que a maior parte da população não esteja preocupada com as discussões sobre o sistema de governo, o que, na sua opinião, não significa que a constituinte deva "abandonar esta questão". Para o senador, também não há necessidade em se dissolver o Congresso Nacional. Segundo Fogaça, "é preciso legitimar o sistema de governo. Quando a Nação votar, este será um parlamento de 80 milhões de votos".



Maciel (à direita) acha que parlamentarismo híbrido é frágil

## Sarney não aceita o parlamentarismo híbrido, diz Maciel

O presidente Sarney não aceita o parlamentarismo híbrido, segundo garantiu ontem o senador Marco Maciel, presidente do PFL, depois de audiência com o chefe de Nação, que durou uma hora e meia. Sarney, assim como o senador, acha esse sistema frágil, podendo gerar crises de Governo. Maciel não quis, contudo, considerar se o Presidente só aceitaria o parlamentarismo puro, no caso de não conseguir aprovação do presidencialismo na Constituinte. Ele vai continuar trabalhando pelo regime presidencialista, com o fortalecimento do Congresso, de acordo com o senador.

Aliás, o presidente Sarney também não gostou, como aconteceu com outras propostas, do documento elaborado pelo grupo de 14 parlamentaristas, conforme disse

## Laurenço cobrará fidelidade

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Laurenço (BA), advertiu ontem que as vagas que o seu partido possui na Comissão de Sistematização equivalem a "cargos de confiança", razão pela qual, segundo o seu raciocínio, aqueles que ocupam essas vagas têm que seguir a orientação do partido. Laurenço negou, contudo, que esteja com isso ameaçando substituir aqueles que poderiam votar a favor do parlamentarismo na Comissão.

"Eu sou um democrata", disse o líder pefelista, embora reconhecendo que tem o poder, pelo regimento, de fazer substituições na Sistematização. Ele acredita, contudo, que a discussão entre parlamentaristas e presidencialistas "estará superada" até a votação, "porque os parlamentaristas não chegaram a um acordo, e há um entendimento interno, no PFL, de que não havendo esse acordo todos votarão no presidencialismo".

**Tranquilidade**  
A impressão é de que "não haverá sequer necessidade de nenhuma

## Ações contra "farsas"

O deputado Jorge Hage, do Movimento Unidade Progressista do PMDB — MUP, disse ontem que os progressistas — que representam 19 votos na Comissão de Sistematização — estão dispostos a usar todos os recursos regimentais, inclusive os destaques de emendas e a abstração, para impedir que passe na Comissão farsas como o parlamentarismo gradual (defendido pelo grupo do senador José Richa) ou o presidencialismo congressual (o preferido do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães).

Segundo o parlamentar, os progressistas não abrem mão de pontos que consideram essenciais ao parlamentarismo, como a distinção entre as funções do chefe de Estado exercida pelo Presidente e de chefe de Governo pelo Primeiro-ministro e a destituição e aprovação do Primeiro-Ministro pela Câmara dos Deputados. Outro ponto colocado como inegociável é a manutenção do sistema proporcional de votação: "Estamos

ontem o deputado Cid Carvalho, depois de encontro com o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil. De acordo com o parlamentar, o documento foi visto pelas autoridades como um "chopp com água", ou seja, "não entusiasmo o Governo, nem aqueceu o coração, porque não foi uma demonstração de que havia avanços". O documento, segundo o deputado, ficou na generalidade.

Mas Marco Maciel deixou o Palácio do Planalto garantindo que ainda acredita no entendimento para se chegar a um consenso sobre o futuro sistema de Governo. "Enquanto há prazo, não há pressa", disse ele, sugerindo que será possível colocar essas mudanças no substitutivo do relator Bernardo Cabral.

providência" contra os parlamentaristas é manifestada também pelo 1º vice-líder na Constituinte, deputado Inocêncio Oliveira (PE), que da mesma forma negou a intenção de fazer substituições. Ele deixou claro, contudo, que a participação na votação implica em voto a favor do presidencialismo. Segundo Inocêncio, não haverá necessidade de tirar ninguém da Sistematização porque todos os pefelistas, "por uma questão de ética", se sentirão obrigados a votar conforme a orientação do partido, mesmo que não haja "questão fechada".

O líder José Laurenço manifestou ontem "simpatia" pela emenda presidencialista de Theodoro Mendes (PMDB-SP), que seria também a preferida do presidente do PFL, senador Marco Maciel. Garantiu ainda que, dos 24 votos do PFL na Comissão de Sistematização, pelo menos 20 já estão assegurados para o presidencialismo.

muito preocupados com a associação equivocada que se tem feito entre parlamentarismo e voto distrital, quando uma coisa nada tem a ver com a outra. Na maioria dos países parlamentaristas o sistema é proporcional.

Na nota oficial publicada pelos progressistas, grupo formado pelo MUP, PC do B, PCB e PSB — após reunião ontem pela manhã na Comissão de Finanças da Câmara — eles posicionam-se contrários à qualquer atraso na implantação do sistema parlamentarista: "Qualquer tese de implantação gradual significa a postergação do fim do período de transição e o prolongamento do clima de instabilidade política", resalta Hage. Para ele a implantação tem que se dar imediatamente após a promulgação da nova Constituição.

Na nota, o grupo reafirma ainda a defesa de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, com a realização de eleições diretas em 1988.

A negociação em torno do sistema de Governo chegou a um impasse, com os diversos grupos empenhando-se na arremetida de apoios na expectativa de um confronto na Comissão de Sistematização. Nenhum deles, contudo, tem certeza da vitória, o que forçará, na avaliação do deputado Ulysses Guimarães, novas rodadas de negociação até amanhã, quando o relator Bernardo Cabral deverá apresentar o seu substitutivo. O senador Fernando Henrique Cardoso, um dos mais empenhados no entendimento, está descrente quanto a um acordo. Mas Ulysses e o senador Nelson Carneiro, com longa experiência de negociação parlamentar, asseguram: "Acordo se faz e se desfaz na undécima hora. Enquanto houver prazo, é precipitado descartar o entendimento".

Unidos, os parlamentaristas seriam majoritários, segundo avaliações das principais lideran-



ças políticas. Mas, sem um acordo bancado pelo presidente José Sarney, não há hipótese deles se unirem. É que uma importante corrente parlamentarista, liderada pelo senador José Richa, já deixou claro: prefere votar no presidencialismo do que brigar com Sarney. Somam-se a isto as pressões desencadeadas no PFL, inclusive com ameaças de substituição de parlamentares na Sistematização, que está abalando posições anteriormente comprometidas com a mudança do sistema de governo. Isto deu um novo alento para os presidencialistas, mas não a segurança almejada pelo Palácio do Planalto.

### Indefinido

O deputado Ulysses Guimarães, autor intelectual de uma emenda presidencialista, com componentes parlamentaristas, apresentada pelo deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), estaria convencido de que essa seria a solução em caso de impasse e nenhuma das forças previamente convencida da vitória.

Successivas reuniões nas últimas horas, realizadas com o objetivo da avaliação de forças, dos

diversos grupos, revelaram a seus participantes um quadro instável e confuso. O deputado Roberto D'Ávila, do PDT, que conversou recentemente com o presidente José Sarney, comentava ontem: "Ninguém tem certeza de nada. Nem o Presidente". Da liderança do PMDB na Câmara, onde se concentra um bloco majoritariamente favorável a um mandato presidencial de cinco anos com parlamentarismo, têm sido feitas advertências, que têm chegado ao Planalto, de que Sarney poderá estar cometendo o mesmo erro de avaliação da Convenção Nacional do PMDB, quando se julgou vitorioso, decidiu partir para o confronto e teve de recuar para não ser derrotado.

A advertência de setores parlamentaristas que seguem a orientação de Ulysses Guimarães vai mais longe: a manutenção do presidencialismo na base da pressão do Planalto terá como consequência o fortalecimento dos que defendem um mandato de quatro anos. Hoje é o dia chave para a superação ou não do impasse, pois, apesar da falta de entendimento, os canais de negociação de todos os lados estão desobstruídos.

## Presidencialismo ganha preferência

Na ponta do lápis, o número de partidários do sistema presidencialista de governo superava, ontem, o de parlamentarista na Constituinte, por apenas trinta votos, havendo, porém, 90 parlamentares que ainda não responderam a nenhuma consulta sobre o assunto. Tais cifras justificavam o otimismo de ambos os lados, parlamentaristas e presidencialistas, que alegavam contar com número suficiente para aprovar, na Comissão de Sistematização e no plenário, as posições por eles defendidas.

O líder do PDS, deputado Amaral Netto, resolveu colocar uma lista de apoio aos dois sistemas, em seu gabinete, para verificar qual a posição dominante na bancada dos 37 pedessistas. Garante o líder que todos os senadores do PDS são presidencialistas, mas o deputado Bonifácio de Andrada, ele próprio parlamentarista, diz que o sistema que defende tem 26 votos, contra apenas 11 para o presidencialismo. Situação curiosa é a do PTB, que possui dezoito constituintes, sendo dez parlamentaristas e no-

ve presidencialistas. No casal de deputados petebistas de Roraima, Otomar Pinto e Marluce Pinto, o marido é presidencialista e a mulher, parlamentarista.

**Outros partidos**  
Já no PDT, até o momento apenas a deputada Moema São Thiago, da bancada de 26 constituintes, é declaradamente parlamentarista. mas o deputado Bonifácio de Andrada, que tem feito várias pesquisas reservadas sobre o assunto, assegura que "há outros parlamentaristas enrustidos do PDT".

O PCB e o PC do B, com oito parlamentares, no total, são parlamentaristas, o mesmo acontecendo com os dois representantes do PSB. O PDC deixou de participar do movimento das diretas já porque o partido, com os seis representantes que possui após o parlamentarismo. Posição unitária, pró-presidencialismo é a dos seis representantes do PL.

Por iniciativa do líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, foi realizada pesquisa entre seus liderados e, até agora, o parlamentarismo conta com 125

votos contra 75. No Senado, porém, a bancada de 46 senadores peemedebistas está dividida meio a meio entre os dois sistemas de governo.

Quando ao PFL, dentre os consultados até agora, vinte constituintes se manifestaram simpáticos ao parlamentarismo e 90 se declararam pelo presidencialismo. Em tais condições, o presidencialismo estaria, hoje, com 250 votos certos, contra 220 do parlamentarismo.

De acordo com as previsões, do deputado Prisco Viana, do PMDB da Bahia e parlamentarista convicto, muitos parlamentaristas de seu partido deverão apoiar o presidencialismo, por divergirem das fórmulas de parlamentarismo que contam com a maioria de simpatizantes da agremiação, na Constituinte.

Ontem, no entanto, os parlamentaristas Fernando Henrique Cardoso e Egdio Ferreira Lima, do PMDB, estavam otimistas, acreditando no crescimento, até a decisão na Constituinte, numa fórmula consensual de parlamentarismo.

## Gradualistas dizem ter apoio

Os parlamentaristas gradualistas de centro direita do PFL, PMDB e PTB, que defendem a adoção do sistema por um período de transição, garantem que chegaram a um acordo com os presidencialistas. Reunidos ontem no gabinete da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) eles afirmaram que o acordo foi feito em cima da proposta do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que prevê a implantação do parlamentarismo em três anos, com um mandato de seis anos para o presidente Sarney.

A avaliação dos deputados Alcení Guerra (PFL-PR), Saulo Queirós (PFL-MA) e Sandra Cavalcanti é que os parlamentaristas têm no mínimo 55 votos na Comissão de Sistematização, onde deverá ser aprovado inicialmente o projeto de Constituição. Essa avaliação foi posta na mesa ontem ao deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, e ao líder do PFL na Câmara, José Laurenço (PFL-BA).

Por essa conta eles teriam vencido os presidencialistas, "já que o parlamentarismo segundo Saulo Queirós vai ser aprovado de qualquer jeito e assim sendo lutaríamos para que nas disposições transitórias da Constituição constasse a proposta do deputado Cid

Carvalho". Nessa proposta o parlamentarismo seria implantado em três anos. No primeiro ano o Presidente nomearia o Primeiro-Ministro, que não poderia receber moção de censura do parlamento; no segundo ano, a moção de censura só poderia ser aprovada com 2/3 do Parlamento, e no último ano de mandato do Presidente, o Parlamentarismo seria implantado definitivamente.

**Pacto Político**  
Saulo Queirós afirmou que o parlamentarismo poderá gerar um novo pacto político e substituir a Aliança Democrática, "que já está morta". Alcení Guerra garante que se o presidencialismo vencer "será uma vitória imposta, de Pirro, que vai criar dificuldades para o Governo". Lembrou que o PFL fará uma convenção no dia 29 de novembro, quando será selado o rompimento da Aliança Democrática e discutido o mandato do Presidente. Para a deputada Sandra Cavalcanti na última hora os presidencialistas, vendo que são minoria, vão acabar votando com os que defendem o parlamentarismo gradual como propõe Cid Carvalho, já que não vão querer ver aprovada a tese dos parlamentaristas de esquerda, que pregam a adoção imediata do sistema, com o Presidente perdendo seus poderes.

## Tempo é pouco, diz Sant'Anna

O líder do Governo, Carlos Sant'Anna, disse que acha muito difícil os parlamentaristas chegarem a um acordo até o meio-dia de hoje. Ele negou que já tenha feito um acordo com os parlamentaristas e garantiu que continuará lutando pelo presidencialismo, através da emenda Theodoro Mendes.

Carlos Sant'Anna destacou que os parlamentaristas não estão conseguindo chegar ao acordo em torno das várias propostas existentes, como o gradualismo de um, dois ou três anos e por isso é cético quanto a um acordo, já que não há ainda uma proposta concreta dos parlamentaristas para um entendimento com os presidencialistas.

O líder rejeitou também outras propostas presidencialistas, como a do deputado Vivaldo Barbosa, que prevê a censura do Congresso a todos os ministros de Estado, e a

## No Congresso, três versões

Um caos. Assim pode ser definida a tentativa de acordo político entre os constituintes sobre sistema de Governo. Somente ontem circulavam no Congresso pelo menos três versões: a do senador José Richa que, após reunião com os gradualistas afirmou ter fechado acordo com o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, pela aprovação do parlamentarismo gradual, com seis anos para o presidente Sarney; a do próprio Sant'Anna, com seis anos para o presidente Sarney; a do próprio Sant'Anna, que desmentiu o acordo, dizendo que a sua briga ainda é pela emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes; e a do senador Fernando Mendes; e a do

Carlos Menandro



deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), patrocinado pelo deputado Ulysses Guimarães, que estabelece um presidencialismo mitigado. Para ele a emenda Theodoro Mendes é mais elaborada e atende os anseios dos presidencialistas.

Em relação à preferência do Palácio do Planalto, afirmou pelo próprio líder do Governo, pela emenda presidencialista do deputado Theodoro Mendes, Cardoso deixou escapar uma frase que reflete, no mínimo, uma enorme distância entre o pensamento do Governo e do PMDB: "Se é para aprovar a emenda Theodoro Mendes, é preferível voltar ao regime militar".